

# Democracia, comunicação e classe trabalhadora\*

Antônio Albino Canelas Rubim \*\*

A ditadura que sofremos desde 1964 impôs significativas modificações na realidade brasileira: Intencionalmente ou não a ditadura deixou seqüelas. Uma delas, quicá benéfica, foi a transformação acontecida no pensamento e na prática política democrática no Brasil. O Estado ditatorial — o Estado violentamente instrumento das classes dominantes — destruiu as esperanças e concepções, inclusive de parte substancial dos setores progressistas, que viam o Estado como ponta de lança e momento determinante da democratização da sociedade. O Estado ditatorial destruiu esperanças e obrigou a prática democrática a, como que, se refugiar na Sociedade Civil. Circunscrita à sociedade civil, num embate muitas vezes violento com o Estado, a “nova” prática política necessitou para se realizar de uma significativa transformação do próprio pensamento político democrático que a deve refletir e impulsionar. No cerne destas transformações desenvolveu-se a concepção de que a sociedade civil é o *espaço determinante* da democratização da sociedade.<sup>1</sup> Nesta reviravolta, neste aprendizado teórico e prático calam fundo as marcas da ditadura.

Afirmar a sociedade civil como momento determinante não significa conceber sociedade civil e Estado como momentos distintos, contrapostos e isolados na sociedade. Significa pensá-los como momentos distintos, mas inter-relacionados no processo dialético de constituição da sociedade, do qual a sociedade civil é o momento determinante. Tal concepção de democratização é, sem dúvida, um passo importante do pensamento e da prática políticos no Brasil contemporâneo e não pode, nem deve ser “esquecida”, apesar das tentações de um Estado mais democrático e principalmente dos “es-

\* Trabalho apresentado na mesa-redonda “Sociedade Civil e Democratização da Comunicação”, realizada no Seminário “Constituinte e Política Democrática de Comunicação” (Salvador, 1986).

\*\* Professor e Chefe do Departamento da Universidade Federal da Bahia.

paços" possíveis de ocupar. Como resposta ao "esquecimento" e às tentações e tentativas de recolocar o Estado no centro da democratização da sociedade, faz-se necessário reafirmar e desenvolver o pensamento e a prática política democráticos que propõem a sociedade civil como determinante para a democratização da sociedade e inclusive do Estado.

A convergência deste pensamento com o de Antônio Gramsci não é casual. Em verdade, este "novo" pensamento político democrático tem nítida inspiração nas inúmeras e variadas leituras da obra do autor italiano.<sup>2</sup> Cabe portanto prosseguir e buscar desenvolver as formulações de Gramsci. Nele, o avanço do capitalismo (no Ocidente) e mesmo sua superação estão umbilicalmente ligados ao fortalecimento da sociedade civil. Por sua vez o aparecimento e crescimento de uma ampla sociedade civil determina que a coesão ganhe importância como elemento de dominação de classe e inclusive como elemento de transformação social. Óbvio que a dominação é sempre e necessariamente a combinação de coerção e coesão, mas, a depender da evolução e conjuntura históricas, esta conjuntura pode ter graus bastante variáveis de coerção e coesão. Acontece que com o desenvolvimento capitalista, tanto a sociedade civil, quanto a coesão tornam-se elementos, cada vez mais importantes para a dominação burguesa e para a superação histórica desta sociedade. Daí que tem-se sociedade civil e coesão — ou luta pela hegemonia intelectual e moral — como questões imbricadas e fundamentais para a transformação democrática e socialista da sociedade atual.

Entretanto, ao assinalar estes elementos que, produtos das contradições imanentes do capitalismo, abrem possibilidades à democracia e superação socialista desta sociedade, Gramsci não indica satisfatoriamente as tendências, gestadas também pelas próprias contradições capitalistas, que se contrapõem àquelas possibilidades e que acentuam as características de desigualdade social e de autoritarismo inerentes à sociedade burguesa. Este é o caso do crescimento tentacular do Estado; da monopolização da economia com todas suas repercussões políticas e culturais, imediatas ou não etc. Por exemplo, o capitalismo monopolista com suas empresas gigantescas amplia e intensifica a desigualdade econômica e de poder existentes no interior da sociedade, fortalecendo o autoritarismo do capital e, por conseqüência, cria entraves novos e bastante sérios ao processo de democratização social. Talvez por situar a sociedade civil só na esfera política — Marx e Hegel a situavam na esfera econômica — e não pensá-la simultaneamente nas esferas econômica e política, talvez por isto Gramsci se veja impossibilitado de assinalar e investigar tais tendências autoritárias que se contrapõem às possibilidades de realização da democracia.<sup>3</sup>

Um dos elementos desta tendência antidemocrática é a indústria cultural, aqui entendida de acordo com as concepções de Theodor Adorno.<sup>4</sup> Em realidade, a indústria cultural é o produto do desenvolvimento capitalista (monopolista) da produção não material. Ou seja, a produção cultural é (também) subordinada ao capitalismo, segundo modelos tendencialmente semelhantes àqueles anteriormente realizados na subordinação da produção material ao capital.<sup>5</sup> Instala-se no seio da sociedade civil uma estrutura monopolista que domina os meios de produção e distribuição cultural e, por conseguinte, os meios de produção ideológica. Isto é, de produção de hegemonia. Deste modo, na etapa monopolista do capi-

*talismo, as possibilidades de construção de hegemonia passam a ser extremamente desiguais no seio mesmo da sociedade civil: enquanto a burguesia e demais frações das classes dominantes detêm os gigantescos meios de produção e distribuição cultural e quase o monopólio da fala, de tornar público na sociedade, as classes trabalhadoras e seus aliados são alijados, de forma antidemocrática, da produção (e do produto) do que é tornado público na sociedade e do controle e acesso aos grandes meios de produção e distribuição cultural. Nestas circunstâncias, para que exista democracia real não basta somente ter liberdade para ter voz própria — liberdade de expressão, de imprensa etc. — mas é essencial também ter direito e meios de tornar efetivamente públicas sua voz. E tornar pública qualquer voz na sociedade contemporânea supõe ter o controle e/ou acesso aos (grandes) meios de produção cultural, ter direito à comunicação. Somente assim estará repostos — ainda que parcialmente, dado existirem inúmeros outros elementos de desigualdade de poder — um certo equilíbrio para uma luta democrática de conquista de hegemonia no interior da sociedade civil.*

Pelo exposto pode-se concluir que a situação contemporânea, onde a sociedade civil e a hegemonia são elementos indispensáveis, seja da dominação de classe, seja da transformação democrática e socialista da sociedade; *nesta situação a luta pela democratização social, dos meios de produção e distribuição cultural é parte indispensável e essencial da luta pela democratização real — econômica, política e cultural — da sociedade brasileira.*

No entanto, a sociedade civil no Brasil, em especial as entidades democráticas ligadas às lutas das classes trabalhadoras, ainda não se colocaram esta questão de forma plena e aprofundada. Com exceção de reivindicações como as tradicionais “liberdade de expressão”, “liberdade de imprensa” etc.; da luta das entidades pela criação, manutenção e expressão de uma imprensa escrita satisfatória e eficiente etc.; poucas são as organizações democráticas e populares da sociedade civil que têm, de modo mais contundente, se preocupado e lutado efetivamente por questões relativas à democratização da comunicação social no Brasil contemporâneo. São exceções que confirmam a regra: setores próximos ou vinculados à Igreja, à Federação das Associações de moradores do Estado do Rio de Janeiro-FAMERJ, alguns sindicatos, em especial da região do ABC. Parece que o antidemocrático, altamente controlado e repressor sistema de concessões de rádios e televisões pelo poder executivo federal tem impedido/inibido reivindicações e experiências de utilização destas (e de outras) tecnologias de comunicação social pelos setores progressistas da sociedade civil. Só agora, por exemplo, e ainda muito embrionariamente começam a pipocar as rádios livres no Brasil e mesmo assim recebidas com restrições por alguns agrupamentos e personalidades progressistas.<sup>6</sup>

Não ocorreu no Brasil nada similar a determinadas experiências, acontecidas na Europa e na América Latina, em termos de lutas reivindicativas e/ou de utilização significativa de meios tecnológicos de produção e distribuição culturais por movimentos sociais, inclusive protagonizados pelas classes trabalhadoras. A título de exemplo se pode lembrar e escrever algo sobre dois destes movimentos, ocorridos em épocas diferentes e locais diversos.

## "DETRAS DE SEU APARELHO DE RÁDIO ESTÁ O INIMIGO DE CLASSE" (MOVIMENTO DAS RÁDIOS OPERÁRIAS)

Durante a implantação do rádio, nos anos 20, na Alemanha da República de Weimar, os trabalhadores criaram diversos "rádio-clubes" operários, inicialmente com o objetivo de construir ou ensinar a produzir aparelhos de recepção radiofônica. Naquele momento tal produção era ilegal e mesmo reprimida, dado que as emissoras de radiodifusão se mantinham e buscavam seus lucros pela venda de aparelhos. Logo o movimento se amplia e incorpora novas demandas: através de recepções coletivas, os rádio-ouvintes passam a criticar a programação e procurar influir sobre ela com base em propostas como conselhos eleitos e democráticos de controle da programação. De "rádio-clubes" isolados o movimento das rádios vermelhas, como se torna conhecido, organiza-se nacionalmente em entidade nacional: no começo, uma Federação unitária e, depois, duas Federações, uma que reunia os "rádio-clubes" social-democratas e outra que englobava os comunistas. Já na fase final da República de Weimar o movimento passou a lutar por emissoras operárias próprias, mas com a ascensão de Hitler ao poder a repressão foi a resposta das classes dominantes.<sup>7</sup>

## "A VOZ DOS SEM VOZ" (MOVIMENTO DAS RÁDIOS MINEIRAS)

O outro exemplo é latino-americano: são as rádios mineiras bolivianas. As primeiras delas aparecem em 1952 e até 1959 são alheias às questões políticas. Daí em diante vão se colando, cada vez mais, à vida e às lutas dos mineiros. Fechadas/abertas, destruídas/reconstruídas, proibidas/permitidas, elas resistem e hoje estão no ar. Mantidas pelos próprios trabalhadores, através de descontos em seus salários, estas rádios estão vinculadas aos sindicatos ou à Igreja e funcionam como verdadeiros centros culturais e políticos da classe trabalhadora boliviana.<sup>8</sup>

A partir destes exemplos e experiências internacionais pode-se perceber que os movimentos sociais não estiveram ou não estão totalmente alheios à questão dos meios eletrônicos, nem ao direito de comunicação. Eles também confirmam que a democratização da comunicação social, que o controle democrático da comunicação pela sociedade civil é uma luta, uma conquista e não uma doação das classes dominantes. Como aliás também a democracia foi e é sempre produto de intensas lutas da classe trabalhadora. Outro ensinamento importante destas experiências é o relativo à organização, uso e desenvolvimento das tecnologias. Derrotada na Alemanha, os trabalhadores viram a radiodifusão ser organizada e desenvolvida tecnologicamente de forma a reproduzir o autoritarismo da burguesia, inclusive através de uma rígida diferenciação tecnológica entre emissor e receptor, entre produtor ativo e ouvinte passivo, entre o que tem voz e fala e o que não tem voz. A utopia brechtiana do emissor/receptor e do ouvinte/produtor foi social e tecnologicamente descartada e o autoritarismo social e tecnológico instalou-se na organização da radiodifusão.<sup>9</sup> Vê-se, portanto, que as tecnologias não são neutras, elas contêm potenciais democratizantes e/ou autoritários que são utilizados e se desenvolvem sempre na dependência da

forma de ordenamento social da produção cultural e da estrutura geral da sociedade que envolvem estas tecnologias. E como novas tecnologias da comunicação estão hoje novamente presentes é sempre bom lembrar a história não como modelo, antes como lição.

Para concluir, duas observações finais. A importância da democratização da comunicação para a democracia no Brasil e a não articulação e envolvimento dos movimentos sociais e da sociedade civil nesta luta impõem que os comunicadores não só lutem pela democratização da comunicação, como também trabalhem ativamente para interessar toda a sociedade, e em especial os setores progressistas, pela discussão e pela luta com vistas à democratização da comunicação como direito básico e essencial à verdadeira democracia.

Em segundo lugar, com relação à Constituinte, importa, a partir desta luta, inscrever na Constituição princípios gerais que abram possibilidades à instalação de uma efetiva democratização da comunicação social e de uma democracia plena — econômica, política e cultural — no Brasil.

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Num texto anterior procuramos desenvolver esta questão. Ver RUBIM, A. A. C. "Democracia e Sociedade Civil", *Jornal da Bahia*, 28.06.1985, p. 2.

2. Em boa medida esta variedade de interpretações se deve, de um lado, ao caráter fragmentado da obra de Gramsci e, de outro lado, às riquezas de suas sugestões.

3. Sobre a concepção diferenciada da sociedade civil em Hegel, Marx e Gramsci, consultar BOBBIO, Norberto, *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, 77 p.

4. ADORNO, Theodor, "A Indústria Cultural" in: COHN, Gabriel (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, Nacional/Edusp, 1971, pp. 287-295.

5. RUBIM, A. A. C., "Marx e a Comunicação: a Subsunção de Bens Simbólicos ao Capital", *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, (2): 43-50, 1983.

6. Sobre rádios livres no Brasil, ver MACHADO, Arlindo e outros. *Rádios Livres: A Reforma Agrária no Ar*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 180 pp. Com relação às restrições, ver as declarações do deputado Alberto Goldman (PCB-SP) contra as rádios livres na *Folha de S. Paulo*, 23.05.1986.

7. DAHL, Peter, "Detrás de tu aparato de rádio está el enemigo de clase (movimiento de rádios obreras en La República de Weimar)". In BASSETS, Lluís (org.), *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona, Gustavo Gili, 1981, pp. 19-47.

8. DAGRON, Alfonso Gumucio, "El papel político de las radios mineras", *Comunicación y Cultura* (xerox). ROMERO, Jorge Mancilla, "Entrevista: Las Radios Mineras de Bolivia", *Cuadernos de Periodismo*, Manágua, (2): 67-85, 1984.

9. BRECHT, Bertolt, "Teoria de la radio (1927-1932)". In: BASSETS, Lluís (org.), ob. cit., pp. 48-61.